

O temor do desemprego

Economia - Brasil 4 JAN 1992

GAZETINHO

por Claudia Izique
de São Paulo

A indústria paulista iniciou o primeiro trimestre com a perspectiva de manter o mesmo nível de demissões de dezembro último (corte de mil operários por dia) e, até março, reduzir seu quadro de pessoal em 60 mil empregados.

No ano passado, de acordo com dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), foram demitidos 158.531 trabalhadores. O custo médio para as empresas é da ordem de 5,5 salários por trabalhador dispensado.

Os empresários apostam numa recuperação da atividade econômica, a partir do segundo semestre deste ano, e temem que um enxugamento excessivo de seu quadro de funcionários dificulte essa eventual retomada da produção. "Daqui em diante, demitir é acabar com a própria empresa", ponderou Mário Amato, presidente da FIESP, à repórter Sandra Nascimento.

Por causa de projeções como essa da FIESP, empresas e trabalhadores buscam acordos que possam manter o nível de emprego. "As empresas têm de fazer tudo para preservar seus funcionários, buscar alternativas como licença remunerada, férias coletivas e redução de jornada de trabalho e salários", sugeriu Amato.

Acordos entre empresas e trabalhadores também começam a se articular em outros estados do País. Em Santa Catarina, onde na última semana foram demitidos cerca de quatrocentos empregados das indústrias têxteis, as empresas prepararam propostas de redução de salários e jornada de trabalho que os trabalhadores, em princípio, não estão dispostos a aceitar, segundo relata a repórter Rosely Vargas.

No Rio, as indústrias metalúrgica, mecânica e de material elétrico responsáveis por cerca de 18% das 47 mil demissões no estado, em 1991, não querem redu-

zir mais seus quadros de funcionários e começam hoje a negociar acordos com os trabalhadores, conforme apurou o repórter Marco Antonio Monteiro.

Algumas empresas já estão avançando na negociação. A indústria de fogões Dako, de Campinas, por exemplo, está propondo a seus 1,7 mil empregados reduzir em um dia a jornada de trabalho e em 13,3% os salários nos próximos quatro meses. O sindicato local dos metalúrgicos está avaliando a sugestão da empresa, segundo a repórter Ana Carolina Silveira.

A Autolatina Caminhões também negociou com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e uma comissão de empregados uma estratégia de "demissões voluntárias", com a qual pretende reduzir 400 dos seus 3 mil funcionários, informou Miguel Jorge, vice-presidente de Assuntos Corporativos da empresa.

O acordo foi negociado em dezembro do ano passado, antes que a empresa decretasse férias coletivas aos funcionários que retomariam o trabalho no próximo dia 3. Se as demissões não atingirem o número desejado pela empresa, diz Jorge, as negociações com o sindicato serão retomadas.

"Várias empresas têm procurado a Força Sindical, com proposta de redução de salários e jornada de trabalho", afirmou Lúcio Bellentani, da executiva nacional da central. A Força Sindical, ele diz, pode admitir negociar um acordo com base nessa proposta como "última alternativa" e desde que se firme uma espécie de contrato de "empréstimo" do tra-

balhador à empresa. "Temos de estudar como compensar no salário, depois, essa perda", explicou.

A Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) considera a hipótese de redução da jornada e dos salários "imoral, mas admissível", segundo qualificou seu presidente, Francisco Canindé Pegado.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) não admite negociar com base num acordo que, segundo assessores da entidade, representaria "uma perda e um retrocesso às reivindicações dos trabalhadores".

O presidente da FIESP, apostando no sucesso de um acordo entre empresas e trabalhadores, sugere aos empresários "economizar ao máximo, a ponto de apagar a luz quando sair da sala, trabalhar o dobro e evitar demissões". E completa: "Daqui em diante, não se estará reduzindo empregados, mas o patrimônio da empresa".